

## **Revista Charrua – relativizações das retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate (1977-1986)**

João Antônio Batista Bortolotti<sup>1</sup>, PUCRS

### **Resumo**

Este artigo objetiva contextualizar e analisar os significados da *Revista Charrua* (1984-1986), periódico idealizado e publicado por um grupo de jovens escritores imbuídos de ideias e intenções de demarcar um novo momento da literatura moçambicana, distanciando-se das retóricas de intelectual revolucionário e poesia de combate, caras ao projeto nacional do Estado-Frelimo. Para tal, contextualizo brevemente o momento da formação da Frente de Libertação de Moçambique, e mais amplamente o período após a independência, marcado pelo início de uma guerra civil, bem como por um projeto nacionalista autoritário, a envolver a elaboração de um conceito de cultura moçambicana.

**Palavras-chave:** *Revista Charrua*; Moçambique; literatura moçambicana; Frelimo; Renamo; poesia de combate.

### **Abstract**

This paper aims to contextualize and analyze the meanings of *Charrua Magazine* (1984-1986), idealized and published by a group of young writers imbued with ideas and intentions of lining off a new moment in Mozambican literature, distancing from the rhetoric of revolutionary intellectual and combat poetry, dear to the State's national project. To accomplish that, I briefly contextualize the moment of Mozambique Liberation Front's formation, e more widely the moment after independence, marked by the beginning of a civil war, as well as by an authoritarian nationalist project, which involved the elaboration of a concept of Mozambican culture.

**Keywords:** Charrua Magazine; Mozambique; Mozambican literature; Frelimo; Renamo; combat poetry.

### **Introdução**

Este artigo está dividido em três seções<sup>2</sup>. Na primeira seção, contextualizo brevemente a formação da Frente de Libertação de Moçambique, com intenções de combater militarmente o domínio colonial Português, e mais amplamente o momento posterior à independência de

---

<sup>1</sup> Mestre em História – Escola de Humanidades/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa História Intelectual e História dos Conceitos: conexões teórico-metodológicas. Acesso ao currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1917075799262197>. E-mail para contato: [joao\\_bortolotti@hotmail.com](mailto:joao_bortolotti@hotmail.com).

<sup>2</sup> Este artigo é resultado do amadurecimento da pesquisa de mestrado do autor, cujo objeto principal de estudo foi o significado político de *Ualalapi* (1987), obra de estreia de Ungulani Ba Ka Khosa. Durante a pesquisa, a *Revista Charrua* foi de grande importância, dado que Ungulani foi um dos membros fundadores daquele movimento literário. Em alguns momentos deste artigo me reportarei a uma publicação minha sobre a *Revista Charrua*, um dos capítulos do livro *História Intelectual e História dos Conceitos – a historicidade em suas múltiplas escalas: Europa, América, África*, lançado pelo GT História Intelectual e História dos Conceitos, de que faço parte. Trata-se de um artigo que escrevi quando a pesquisa ainda estava em andamento, logo muito foi aprendido e amadurecido desde então. Ainda assim, a contextualização que fiz das políticas culturais da Frelimo, bem como das intenções de superar a retórica de intelectual revolucionário e de literatura de combate, declaradas pelos escritores fundadores da *Revista Charrua*, será tomada como ponto de partida para algumas análises e exposições desenvolvidas neste novo texto.

Moçambique, analisando o início da guerra civil, com o surgimento da Resistência Nacional Moçambicana, e pontuando alguns aspectos relativos ao Acordo de Nkomati (1984), primeira tentativa de encerrar o conflito por meios diplomáticos, porém frustrado.

Na segunda seção, contextualizo e analiso as políticas culturais da Frelimo, situando a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e expondo as retóricas de intelectual revolucionário e poesia de combate, caras ao projeto nacional. Na terceira e última seção, exponho a existência do movimento literário autoidentificado como Geração Charrua (1984-1986). Tal movimento foi catapultado por um grupo de jovens escritores moçambicanos carregados de ideias e intenções de renovar a literatura nacional, demarcando algum distanciamento do discurso de intelectual revolucionário e da retórica da poesia de combate, caros aos projetos da Frelimo relacionados à cultura e, portanto, à literatura.

### **Notas sobre a história contemporânea de Moçambique**

A formação da Frente de Libertação de Moçambique é parte de um cenário mais amplo da história contemporânea do continente africano. Iniciado nas primeiras décadas e acelerado na segunda metade do século XX, o momento era o da emergência de ideologias nacionalistas entre indivíduos das elites intelectuais, gradualmente reunidos e formalizados em movimentos de libertação.

Os movimentos que mais tarde constituiriam a FRELIMO começaram a se organizar e se reunir em territórios estrangeiros. Tais movimentos eram: a *União Democrática Nacional de Moçambique* (UDENAMO), formada em Bulawayo, na Rodésia do Sul, em 1960; a *Mozambique African National Union* (MANU), formada entre emigrantes Makonde no Quênia e na Tanzânia, em 1954; e a *União Nacional de Moçambique Independente* (UNAMI), reunida no Malawi, também em 1961. (NEWITT, 1997; BARBOSA, 2019).

A FRELIMO teve sua existência formalizada e oficializada em junho de 1962, em Dar es Salaam, antiga capital do Tanganica, atual Tanzânia. Com o apoio e o estímulo de Julius Nyerere, à época presidente daquele território, os diferentes movimentos que lutavam contra o colonialismo

Português foram unificados em torno da figura de Eduardo Mondlane<sup>3</sup>, que mais tarde se tornaria o primeiro presidente da FRELIMO<sup>4</sup>.

Após o assassinato de Eduardo Mondlane em um atentado a bomba<sup>5</sup>, em fevereiro de 1969, Samora Moisés Machel<sup>6</sup> assumiria a liderança da FRELIMO, de 1970 em diante. Enviado à Argélia para obter treinamento militar, Machel ganhou cada vez mais força no movimento após suas primeiras participações em ações militares, por volta de 1966, sendo um dos principais responsáveis pela guinada em direção a ideias e condutas marxistas-leninistas. Após as crises de 1968-69, após a morte de Eduardo Mondlane, Samora Machel se tornou o único presidente da FRELIMO, em 1970 (NEWITT, 1997). A ascensão de Samora à liderança do movimento de libertação e a subsequente paulatina adoção do marxismo-leninismo como doutrina estariam nas origens da maneira como a nação Moçambicana seria politicamente imaginada e construída após a independência<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Eduardo Mondlane foi um político moçambicano nascido em 1924, na província de Gaza. Quando foi forçado a abandonar seus estudos universitários na África do Sul, por conta da política do apartheid, Mondlane viajou para Portugal a título de tentar seguir seu curso. Porém, seu doutoramento seria obtido nos Estados Unidos da América, na Universidade de Harvard, onde conseguiu uma bolsa de estudos. Eduardo Mondlane trabalhou como professor universitário de História e Antropologia e foi funcionário das Nações Unidas, o que lhe permitiu regressar à África. Envolvido com a causa da independência de Moçambique, Mondlane foi o principal fundador da FRELIMO, tendo sido eleito o primeiro presidente do movimento, em 1962, e reeleito em 1968. Em meio à violência da guerra anticolonial e de contendas internas à FRELIMO, Mondlane morreria assassinado em 1969, vítima de um atentado a bomba.

<sup>4</sup> Durante a guerra de libertação foram realizados o Primeiro e o Segundo Congressos da FRELIMO, em 1962 e 1968, respectivamente. O Primeiro Congresso foi marcado pela identificação simbólica do inimigo que se deveria combater, a ser o colonialismo português ou qualquer ameaça contra a unidade do movimento; enquanto o Segundo foi caracterizado pelo confronto entre duas correntes políticas do movimento, que divergiam acerca de como dar andamento à guerra, bem como em relação às políticas que deveriam ser executadas após a independência (MENESES, 2014).

<sup>5</sup> Apesar da retórica de unidade mobilizada no auge da guerra contra as forças Portuguesas, durante os anos de sua criação a FRELIMO esteve bastante dividida e passava por graves e amargas disputas internas. Posteriormente, tais divisões foram descritas em termos ideológicos refletindo as percepções políticas da era da Guerra Fria, ainda que à época tenham sido abastecidas por uma variedade de fatores, desde a hostilidade étnica entre os Makonde do norte e os “do sul”, até rivalidades pessoais que resultaram em sucessivas disputas pela liderança do movimento (NEWITT, 2002). Tais disputas foram superadas com o término da década de 1960, às custas de grave violência e expulsão de membros, os casos mais conhecidos sendo Lázaro Nkavandame, Uria Simango e Joana Simeão.

<sup>6</sup> Samora Machel nasceu em 29 de janeiro de 1933, em Chilembene, na província de Gaza. Tendo atuado como enfermeiro auxiliar no hospital de Lourenço Marques (atual Maputo), Machel se tornaria membro da Frente de Libertação de Moçambique desde a sua fundação, em 1962, tendo sido enviado a países como a Argélia para receber treinamento militar. Após liderar várias operações durante a guerra anticolonial, Samora é nomeado secretário da defesa, em 1966, e comandante-chefe, em 1968. Após as violentas disputas que culminam no assassinato de Eduardo Mondlane, Samora Machel assume o cargo de Presidente da FRELIMO, em 1970.

<sup>7</sup> Dentre as referências teóricas acerca da formação dos nacionalismos que subjazem nossas pesquisas, refere-se o conhecido livro *A invenção das tradições*, organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2015); a obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, de Benedict Anderson (2008); e o artigo *Ficções criadoras: as identidades nacionais*, de Anne-Marie Thiesse (2001). Thiesse (2001) analisa elementos da construção de identidades nacionais europeias forjadas ao longo do século XIX, defendendo que uma nação é construída através da invenção de um patrimônio comum, uma consciência coletiva inalienável a ser transmitida de uma geração para a próxima. Contudo, enquanto Hobsbawm (2015) considerava ainda amplamente desconhecido o complexo processo político-discursivo de “invenção das tradições”, bem como os diferentes e específicos elementos que o compõem, Thiesse (2001) defende já ser possível identificar e nomear tais elementos em uma “check-list identitária”, dentre os quais os principais seriam: uma galeria de heróis, ancestrais fundadores, uma língua, monumentos culturais e históricos, um

Passados onze anos de guerra de libertação, a independência de Moçambique foi oficializada a 25 de junho de 1975, e o controle do aparelho de Estado foi unilateralmente entregue pelo Governo Português à Frente de Libertação de Moçambique. Após a realização de seu 3º Congresso (1977), a Frelimo passa a declarar-se oficialmente um Partido de cariz Marxista-Leninista<sup>8</sup>, levando adiante uma série de políticas econômicas e culturais autoritárias alinhadas como um projeto de Homem Novo, um projeto de se construir uma nova identidade nacional moçambicana, uma nação moçambicana socialista.

As políticas nacionais da Frelimo vinham acompanhadas do objetivo de implementar transformações modernizantes na sociedade. O ideal de formação de um Homem Novo esteve no núcleo de tal projeto em todos os aspectos possíveis, e tais transformações modernizantes deveriam incluir o fornecimento de educação e saúde pública, bem como outros serviços básicos, mas também uma reforma no direito consuetudinário e no processo judicial, questões todas que, aos olhos da Frelimo, requeriam a eliminação dos chefes tradicionais e das instituições religiosas e sua substituição por oficiais indicados pelo Estado (NEWITT, 2002).

Neste contexto pós-independência, a memória histórica da nação moçambicana foi objeto de disputa política. Conforme Gallo (2017), tal disputa envolveria uma narrativa oficial, produzida e promulgada pelo Estado-Frelimo, a ser confrontada pela emergência de narrativas alternativas. A narrativa oficial propalada pelo Estado seria baseada na experiência da guerra da libertação, bem como na ideia de que tal experiência teria criado uma unidade nacional que possibilitou a derrota do sistema colonial. A retórica da Frelimo por trás dessa narrativa objetivava legitimar a construção identitária que era núcleo de seu projeto nacional, e o fato de ser baseada na guerra de libertação nacional refletia a situação de guerra civil daqueles anos após a independência, iniciada com a formação da Resistência Nacional Moçambicana<sup>9</sup>.

---

folclore, lugares de memória e uma narrativa que estabeleça a continuidade histórica da nação desde tempos imemoriáveis.

<sup>8</sup> Entende-se que a realização do 3º Congresso seja um marco de transição na trajetória política da Frelimo. Em demarcar a adoção oficial de uma ideologia marxista-leninista, o momento estabelece a diferença entre as grafias FRELIMO (uma Frente Ampla de Libertação Nacional) e Frelimo (um Partido de Vanguarda Marxista-Leninista) (PAREDES, 2014).

<sup>9</sup> Há diferentes versões sobre os detalhes do processo de formação da Resistência Nacional Moçambicana. Porém, há consenso acerca do envolvimento direto de elites políticas e econômicas rodesianas, interessadas em enfraquecer a Frelimo e, portanto, reduzir o apoio externo dado ao ZANLA, movimento de guerrilha de Robert Mugabe. Em verdade, a guerra civil tinha braços internacionais, sendo abastecida pela necessidade que tanto Rodésia quanto África do Sul sentiam de combater o apoio dado pela Frelimo aos movimentos que operavam em seus territórios. Portanto, por vezes nomeado “guerra de agressão externa”, o conflito é melhor compreendido e interpretado se acrescentarmos à equação os efeitos causados pelo repentino colapso do domínio colonial Português em Pretória e Salisbúria, respectivamente capitais da África do Sul e da Rodésia, antigos protetorados britânicos (NEWITT, 1997) (MACUACUA, 1998).

A partir dos anos finais da década de 1970, a população de Moçambique foi vítima da escalada da guerra civil, com o crescente apoio financeiro e logístico da Rodésia, e posteriormente da África do Sul, gradualmente aumentando as tropas militares da Renamo, bem como o número de províncias em que o movimento havia fixado bases militares.

Durante o período de 1980 a 1983, a Renamo orquestrou verdadeira campanha de ataques e violência, indo desde a destruição de rodovias, ferrovias, instalações industriais, escolas governamentais, escritórios e centros de saúde, até horrorosos massacres contra a população rural, incluindo o recrutamento de soldados-crianças os quais, como rituais de iniciação, por vezes eram forçados a assassinar pessoas comuns ou até membros de suas próprias famílias (NEWITT, 2002). Conforme reforça Cahen (1993), a Renamo reunia e militarizava desejos dissidentes vindos de setores bastante distintos e heterogêneos da população, que tinham em comum a decepção com a opressão característica do projeto nacional da Frelimo, um tipo de “coalizão de marginalidades”<sup>10</sup>.

O Acordo de Nkomati, assinado em 16 de março de 1984 entre o governo de Moçambique, portanto a Frelimo, e o governo da África do Sul, que financiava a Renamo, objetivou encerrar as guerras que destruíam os territórios e prejudicavam a economia das nações moçambicana e sul-africana. O Acordo estabelecia que o governo moçambicano deixaria de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC), em troca do abandono do apoio dado à Renamo pelo governo da África do Sul (CAHEN, 2018). Apesar disso, as negociações foram malsucedidas, tendo a África do Sul continuado a apoiar a Resistência Nacional Moçambicana<sup>11</sup>.

Nesta seção, pontuei brevemente o momento de formação da FRELIMO, e contextualizei mais amplamente o cenário pós-independência, marcado pelo início de uma guerra civil, com a formação da Renamo, e por um projeto político de criação de uma identidade nacional moçambicana. Tendo em mente esse contexto, na seção a seguir analiso as políticas da Frelimo voltadas a questões culturais, a título de entender o lugar reservado à literatura e ao ofício do escritor moçambicano no projeto nacional.

---

<sup>10</sup> Em analisar um documento ultrassecreto do comando militar rodesiano, intitulado “*Short-Term Strategy for Mozambique, 23 March to 23 July 1979*”, que detalha as estratégias e os objetivos de guerra para o período, Stephen Emerson (2014) enumera três pontos principais: criar o maior estado de instabilidade possível em Moçambique; dar o maior suporte possível a qualquer grupo anti-Frelimo e não comunista e minimizar o apoio dado pelo governo da Frelimo à ZANLA.

<sup>11</sup> A guerra civil se encerraria apenas com os Acordos Gerais de Paz, de 1992, seguidos das eleições multipartidárias ocorridas em 1994.

## A Associação dos Escritores Moçambicanos e o conceito *frelimista de cultura*

Para favorecer a execução de suas políticas de criação e disseminação de uma certa cultura moçambicana, a Frelimo funda várias associações de massa durante a década de 1980. Dentre elas, foi criada a Associação dos Escritores Moçambicanos (1982), um espaço que reuniria intelectuais, artistas, poetas ou escritores que deveriam ser responsáveis por levar adiante os ideais do Estado (LOPES, 2006). Nesse sentido, revela-se o pragmatismo por trás da presença de escritores mais antigos, como José Craveirinha<sup>12</sup> e Marcelino dos Santos<sup>13</sup>, já durante os primeiros anos de existência da AEMO (SOUSA, 2016; PINHEIRO 2019). A produção poética desses escritores vinha desde os anos da guerra de libertação e seria reformulada e mobilizada pelo governo da Frelimo para encorajar uma retórica de literatura de combate e intelectual revolucionário durante aqueles anos pós-independência.

O discurso da Frelimo declarava que a construção de uma nação socialista deveria passar pela transformação da cultura, bem como da noção de “intelectual moçambicano”, sendo demandada ampla participação da população intelectual no processo. Com tais políticas, a Frelimo desejava que sua postura política e ideológica alcançasse até os níveis mais profundos e íntimos da sociedade e da população, sendo que as estratégias para cumprir tais objetivos vinham acompanhadas de uma retórica de combate revolucionário bastante radical e agressiva, a ser uma remodelação de um discurso já existente durante a guerra anticolonial.

Entre 1978 e 1982 transcorreram em Moçambique ações cujo foco foi consolidar a implantação da cultura moçambicana revolucionária conforme concebida pela Frelimo, nomeadamente a Campanha de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural (GRAÇA *apud* BORTOLOTTI, 2020). Nesse contexto, os objetivos da Reunião Nacional de Cultura e da Direção

---

<sup>12</sup> José João Craveirinha nasceu em 28 de maio de 1922, em Lourenço Marques. Iniciou carreira como jornalista n’*O Brado Africano*, tendo colaborado com diferentes órgãos de informação em Moçambique. Grande parte de sua obra poética está dispersa na imprensa, não tendo sido publicada em livros. À época da guerra de libertação, Craveirinha esteve preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), dividindo cela com o pintor e poeta Malangatana e com o também poeta Rui Nogar. Craveirinha é considerado um dos grandes poetas da África de Língua Portuguesa, pai da literatura moçambicana, tendo sido o primeiro autor africano a conquistar o Prêmio Camões, em 1991.

<sup>13</sup> Marcelino dos Santos foi um político e poeta moçambicano, membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique. Foi Ministro da Planificação e Desenvolvimento após a independência, deixando o cargo em 1977, com a constituição do Parlamento do país, a Assembleia Popular, da qual Marcelino dos Santos foi presidente até as eleições multipartidárias de 1994. Como poeta, dos Santos publicava com os pseudônimos Lilinho Micaia e Kalungano, tendo poemas publicados n’*O Brado Africano* e em duas antologias da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Com seu nome oficial, Marcelino dos Santos tem apenas um livro publicado pela Associação dos Escritores Moçambicanos, intitulado *Canto do Amor Natural*.

Nacional de Cultura<sup>14</sup> eram controlar ou vigiar os movimentos culturais após a independência (BORGES *apud* BORTOLOTTI, 2020).

Tendo em mente que a Campanha Nacional de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural se estenderia até o ano de 1982, momento da fundação da AEMO, é interessante analisar brevemente dois excertos de um discurso realizado por Marcelino dos Santos, em agosto de 1982, na abertura da Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicanos:

A constituição de uma associação dos escritores no nosso país é um acto cujo significado está intimamente associado ao lugar que a literatura assume na nossa sociedade e ao papel que dentro dela o escritor desempenha.

A literatura moçambicana, parte da cultura, é elemento da superestrutura ideológica da sociedade, e teve seu berço no tempo longínquo, vem de longe com a história, com o nosso povo.

Desses tempos remotos, dos nossos antepassados, das gerações de escritores que nos precederam em séculos de literatura de tradição oral, e também da literatura de tradição escrita dos tempos recentes, nós queremos ser a estrada que continua. A República Popular de Moçambique, nascida da luta armada revolucionária de libertação nacional, vive um processo de profundas transformações sócio-económicas e políticas. São transformações que se operam fazendo surgir novas relações sociais entre os homens no processo da produção e impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas. São transformações que fazem emergir um Estado com uma natureza diferente, dão lugar ao surgimento de uma nova moral, de uma nova cultura e ideologia.

Nesse processo de transformação da sociedade em que todos nós somos sujeito e objecto, ganha uma importância fundamental o despertar e o esclarecer da consciência e dos horizontes políticos e culturais das massas populares, o estímulo dos sentimentos mais nobres de fidelidade à pátria, do amor ao socialismo, da dedicação ao internacionalismo, à solidariedade, à amizade e à paz entre os povos. (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 19-20).

O escritor é chamado a levar a literatura a realizar a sua função pedagógica. Escrevendo ele engaja-se como sujeito actuante da transformação cultural e ideológica, no processo de edificação do socialismo na nossa pátria. É o envolvimento político de classe do nosso escritor, que compartilha o dia-a-dia do povo, que lhe pode permitir dar contributo à elevação do nível da cultura material e espiritual da sociedade moçambicana, engrandecendo o património literário nacional e universal. (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 20).

A Associação dos Escritores Moçambicanos, caros camaradas e amigos, é condição de florescimento da nossa literatura, é a via necessária de mobilizar os obreiros da produção literária. Com a constituição da nossa Associação de Escritores, ajustamo-nos às exigências de trabalho colectivo e de vida colectiva do tempo presente nesta terra que é nossa. Damos a nós próprios à garantia de uma participação organizada, e por isso sempre mais efectiva e ampla, no processo revolucionário moçambicano. Criamos as condições favoráveis para que a acção dos escritores moçambicanos frutifique. Dentro da Associação, os escritores moçambicanos educar-se-ão como escritores e como moçambicanos e, com passos seguros, farão a Literatura Moçambicana permanecer armada ao serviço da Revolução, para benefício do nosso povo e da Humanidade.

Declaro solenemente aberta a Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicano. (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 21).

---

<sup>14</sup> Segundo afirma Edson Borges (2001), o órgão Direção Nacional de Cultura, que leva adiante as Reuniões Nacionais de Cultura, foi criado no final do ano de 1975. Por seu lado, algumas reportagens da *Revista Tempo* falam da criação da Direcção Nacional de Educação e Cultura, após fevereiro de 1976. Aparentemente, trata-se de uma alteração burocrática deste órgão estatal, talvez meramente cosmética, mas que pode ter incluído alguma mudança nas suas funções práticas.

Os excertos acima dirigem-se especificamente ao ofício da escrita literária. Conforme a fala de Marcelino dos Santos, os escritores moçambicanos ali atuantes deveriam ter em mente determinada “função pedagógica da literatura”, expressão que denota a demanda da participação da classe intelectual no processo da Revolução (BORTOLOTTI, 2020). Para além disso, a função da literatura seria também política, dado que ao escrever o escritor moçambicano “engaja-se como sujeito actuante da transformação cultural e ideológica, no processo de edificação do socialismo na nossa pátria.” (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 20).

As palavras de Marcelino dos Santos apontam para o passado, em instituir a construção política do que teriam sido séculos anteriores de literatura moçambicana oral e escrita. Referenciando a luta de libertação como sendo o que fez nascer a República Popular de Moçambique, evocando escritores da poesia de combate representados por José Craveirinha, Marcelino dos Santos indica que a fundação da Associação dos Escritores Moçambicanos abra portas para um novo momento da literatura nacional.

A despeito disso, em certo sentido os desígnios políticos de que se deveriam incumbir os escritores membros da AEMO não estão de acordo com as motivações para uma ruptura temático-estética que se advogava para a literatura moçambicana deste período, conforme aprofundaremos na seção seguinte. Tais motivações seriam sentimentos de descrença e distopia em relação às políticas do Estado, perante a realidade presente e o prognóstico para o futuro próximo da nação recém independente, acarretado pela continuada situação de guerra quando o momento deveria ser de paz.

### ***Revista Charrua (1984-1986): relativizações da poesia de combate e debates acerca da literatura nacional***

Tendo em mente a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982), nesta seção viso a uma melhor compreensão do entrelaçamento entre determinada ruptura advogada para a literatura moçambicana e os eventos subjacentes às políticas econômicas, sociais e culturais da Frelimo, tomadas como parte de um projeto de construção nacional.

À medida que a guerra civil se intensificava a partir do fortalecimento pela Renamo, “adotada” pela África do Sul, perdia força o discurso de uma literatura moçambicana revolucionária e de um intelectual moçambicano engajado na construção do socialismo, demarcado pela presença na AEMO



de escritores como Luís Bernardo Honwana<sup>15</sup>, Marcelino dos Santos e Rui Nogar<sup>16</sup>, alguns dos quais eram associados à FRELIMO desde às épocas da guerra de libertação. E, se tal discurso gradualmente esmorecia, nos lugares que se iam deixando vagos começava a tentar nascer e crescer uma conduta diferente acerca do que deveria ser a literatura moçambicana, marcada por mudanças de estilo poético e criativo, bem como de valores morais e políticos algo diferentes, sem que fosse inteiramente negada a importância da poesia de combate (FUJISAWA; KACZOROWSKI *apud* BORTOLOTTI, 2020).

O movimento literário a publicar a *Revista Charrua* (1984-1986)<sup>17</sup> teve como fundadores escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, e Eduardo White<sup>18</sup>, contando com a participação de vários outros, como Armando Artur<sup>19</sup> e Filimone Meigos<sup>20</sup>. A intenção de se romper com a retórica de literatura revolucionária e poesia de combate, conforme declaravam alguns escritores a publicar na *Revista Charrua*, toma parte nas disputas políticas referidas por Gallo (2017). As ideias expressas por Ungulani Ba Ka Khosa acerca das influências das políticas estatais na produção literária, acerca da relação entre literatura e política, iluminam o lugar ocupado pela literatura em tais disputas:

---

<sup>15</sup> Luís Bernardo Honwana nasceu em 1942, na cidade de Lourenço Marques, atual Maputo, e cresceu em Moamba. No mesmo ano em que publicou seu mais famoso livro, *Nós matamos o cão tinhoso* (1964), Honwana foi preso pela PIDE, por ser militante da FRELIMO, tendo passado três anos encarcerado. Após a independência, foi nomeado Diretor de Gabinete do Presidente Samora Machel e participou ativamente da vida política do país, tornando-se Secretário de Estado da Cultura, em 1982, e Ministro da Cultura, em 1986.

<sup>16</sup> Francisco Rui Moniz Barreto, conhecido como Rui Nogar, é um escritor moçambicano nascido na então Lourenço Marques, a 2 de fevereiro de 1932, e falecido a 11 de março de 1993, em Lisboa. Tendo sido preso várias vezes pela PIDE como ativista político, Rui Nogar foi funcionário de Agência de Publicidade, iniciando sua atividade no movimento cultural e literário surgido em Lourenço Marques depois do final da Segunda Guerra Mundial, na Associação Africana e nos jornais *Itinerário* e *O Brado Africano*. Militante da Frelimo desde 1964, Rui Nogar ocupou os cargos de Deputado da Assembleia Popular e Diretor do Museu da Revolução, Diretor Nacional da Cultura, Conferencista e Declamador. Primeiro Secretário da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), seus poemas estão traduzidos em várias línguas e figuram nas mais importantes antologias de poesia africana de língua portuguesa.

<sup>17</sup> As quatro primeiras edições da *Revista Charrua* foram publicadas entre junho e dezembro de 1984; a quinta e a sexta edições foram publicadas em um único exemplar, referentes ao período entre abril e junho de 1985; a sétima edição foi lançada em agosto de 1985; enquanto a oitava e última edição dada de dezembro de 1986.

<sup>18</sup> Eduardo White é um poeta moçambicano nascido em Quelimane, no ano de 1963. O autor é muito mais voltado para a escrita lírica do que para a prosa, tendo grande número de poemas publicados ao longo das oito edições da *Revista Charrua*.

<sup>19</sup> Armando Artur é um escritor moçambicano nascido a 28 de dezembro de 1962, na província da Zambézia. Dentre suas obras, situa-se *Espelho dos Dias* (1986), *O Hábito das Manhãs* (1990), *Estrangeiros de Nós Próprios* (1996), *Os Dias em Riste* (2002), *A Quintessência do Ser* (2004), *No Coração da Noite* (2007) e *Felizes as Águas* (antologia de poemas de amor). Armando Artur já foi agraciado com o prêmio Consagração FUNDAC e com o Prêmio José Craveirinha, possuindo também obra dispersa em revistas literárias, livros didáticos, antologias e jornais nacionais, além de textos traduzidos e/ou publicados fora de Moçambique. O escritor é membro fundador da Associação Pan-Africana de Escritores (PAWA), na qual é representante de Moçambique. Foi Secretário-Geral da Associação dos Escritores Moçambicanos e atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

<sup>20</sup> Manuel Meigos Filimone nasceu em 4 de março de 1960, na cidade da Beira. Foi professor universitário, secretário de governador, jornalista e oficial das Forças Armadas de Moçambique. Tendo atuado como editor cultural do semanário *Savana*, Filimone Meigos é membro ativo da Associação dos Escritores Moçambicanos e tem publicações disseminadas por vários órgãos de informação do país. Seu primeiro livro chama-se *Poema & Kalahs In Love*, lançado na *Colecção Timbila* nº 14, pela AEMO, em 1995. Meigos fez parte da geração de poetas e prosadores moçambicanos cuja iniciação literária se deu nas páginas da *Revista Charrua* (1984-1986).

A relação entre literatura e política? Essa pergunta é difícil. Há sempre relação. Agora o que acontece é que realmente a política não pode dirigir a literatura. Não nos podem mandar escrever de determinada maneira sobre determinado assunto. A literatura também tem que fazer a revolução, também tem que entrar nela. Há linhas gerais, não é? Há um determinado fim, que todos nós queremos atingir. Agora, os políticos têm que utilizar uns certos meios, que têm que ver como dirigir, etc. Os que fazem literatura também têm que chegar àquele fim, mas também têm que acompanhar a realidade.

**Mas o realismo socialista<sup>21</sup>, eu com isso não concordo.** O realismo tem que ser mais do que isso, tem que ser mesmo uma realidade que a gente vive no dia-a-dia, os erros e as vitórias. Um caso concreto é a literatura soviética. Acontece é que dos anos 30 até aos anos 80 a literatura foi praticamente dominada por isso. E hoje são os próprios soviéticos que já dizem que não pode ser assim. E nós, que estamos a fazer uma revolução, não vamos cair no mesmo erro em que os soviéticos caíram. O Governo não pode definir o que se deve ou não escrever. É preciso que o escritor tenha consciência da sua realidade social e dos objectivos a atingir.

**Eu fiz um conto, “Confissão”, que criou muitos problemas quando foi publicado.** O Marcelino dos Santos perguntou por mim, queria que eu explicasse o que queria dizer com certas passagens. O problema era que eu retratava uma pessoa, um indivíduo que roubou sapatos. Por que é que roubou sapatos? Porque estive numa bicha e não consegui sapatos... Houve problemas. O diretor da revista *Tempo* pediu-me que lá fosse explicar o conto. O Marcelino afinal não chegou a falar comigo, não chegou porque ele estava na Beira. Perguntou, mas depois a coisa passou.

Há esse tipo de problemas. Agora, eu que escrevo, não tenho que partir com esses problemas, não posso fazer uma autocensura. Ou eu escrevo, ou não escrevo. Há riscos, eu posso correr o meu risco, mas eu acho que não há grandes problemas, em todo o caso. Historicamente nós temos a vantagem de sermos poucos, e de serem precisos escritores. (KHOSA, 1994, p. 314-315, grifo nosso).

A fala acima de Ungulani é potente, em dirigir uma crítica à interferência da política na literatura, ou seja, aos direcionamentos estatais acerca das temáticas que se poderia ou não se poderia, se deveria ou não se deveria desenvolver em textos literários. O escritor menciona um episódio em que o conteúdo de um de seus contos, intitulado *Confissão*<sup>22</sup>, tenha sido questionado por Marcelino dos Santos, ponto a que retornarei adiante.

Analisando textos de alguns autores dentre aqueles que publicaram na *Revista Charrua*, rastreio momentos em que se debateu, na literatura e através da literatura, sobre diferentes formas de ser um escritor moçambicano. Para isso revisito o momento em que, a despeito de seu trabalho como poeta e membro do corpo editorial do periódico *Caliban*, o escritor Rui Knopfli fora ostracizado naqueles anos pós-independência, por influência da perspectiva doutrinária da poesia de combate, dado que seus textos não apresentavam vínculos com a estética literária que se preconizava no momento (PINHEIRO *apud* BORTOLOTTI, 2020).

<sup>21</sup> Por “realismo socialista”, entende-se o estilo artístico oficial adotado pela União Soviética a partir de 1930. O estilo por vezes é chamado *ждановiano*, em referência a Andrei Jdanov, funcionário do regime de Stalin responsável pela produção cultural. O realismo socialista é associado a um comunismo ortodoxo, ou a regimes de inspiração socialista/stalinista, como é o caso de Moçambique pós-independência.

<sup>22</sup> O conto *Confissão* apareceria, alguns anos mais tarde, no livro *Histórias de Amor e Espanto*, publicado por Ungulani em 1999.

Atualmente mais aceito no interior de Moçambique enquanto autor nativo, ainda que tenha oficializado uma cidadania portuguesa, Rui Knopfli foi reivindicado como poeta moçambicano por escritores como Ungulani Ba Ka Khosa. Em entrevista, Ungulani rememora o episódio envolvendo Knopfli, além de contextualizá-lo como parte de um contexto em que os escritores envolvidos com a publicação da *Revista Charrua* percebiam que o momento era de abrir mão do nacionalismo literário da poesia de combate, que consideravam carregado de uma ideologia demasiado estreita e panfletária (KHOSA, 2019, p. 115).

O momento de reivindicar a recuperação da pertença do poeta Rui Knopfli à literatura moçambicana seria parte de um projeto de renovação da expressão literária nacional, marcada, nos primeiros anos após a independência, pela literatura de combate (BORTOLOTTI, 2020). Coloca-se ao lado do caso de Rui Knopfli, o caso do próprio Ungulani, com seu conto *Confissão*, a serem exemplos de como o projeto nacional do Estado-Frelimo influenciaria os rumos que a literatura moçambicana seguiria, em meio às políticas culturais revolucionárias.

O título de um poema de Eduardo White, lançado na segunda edição da *Revista Charrua*, faz menção o episódio narrado por Ungulani sobre seu conto, *Confissão*. Transcrevemos na íntegra o curto poema, intitulado *(Des)confissão*, dedicado por White a Ungulani Ba Ka Khosa:

**(Des)confissão – ao Ungulani Ba Ka Khosa**

Deixem que eu saia!  
 Deixem que eu saia!  
 E não me perguntem onde moro  
 Onde abrigo as raízes dos males que me movem.  
 Eu, apenas eu  
 Quero erguer este nada que construo,  
 Esta prisão que me levanta e diz:  
 ESCRAVO!  
 E agora sem mesmo nunca ter perguntado: QUANDO?  
 Eu mesmo, sem nada, sem casa,  
 sem um olhar que veja aquela razão,  
 hei de remover o pecado,  
 abrir os abismos mais profundos  
 matar as mortes mais desumanas,  
 e dizer asco veloz e preso.  
 Asco.  
 Asco.  
 Asco.  
 Asco sulfúrico, mijo, sal, esperma,  
 Raça de ser gente mesmo ESCRAVO. (WHITE, 1984, p. 28).

Desde o título do poema, White faz referência direta ao conto *Confissão*, que trouxe problemas a Ungulani ao ser publicado na *Revista Tempo*. E o faz a partir do acréscimo do prefixo “des” ao título do conto de seu colega escritor, a denotar o desfazer simbólico de algo que não se pode

realmente remover do passado recente daqueles artistas, quase como se White desejasse (des)fazer as indagações de Marcelino dos Santos acerca do conto de Ungulani.

Em seus primeiros versos, White constrói um eu-lírico que exclama o desejo de libertar a si próprio, mas o faz pedindo autorização, pedindo que o “deixem” e que não o peçam informações pessoais, não lhe perguntem onde mora. Parece-me que os versos mais significativos sejam “Quero erguer este nada que construo,/Esta prisão que me levanta e diz:/ESCRAVO!”. Nesses versos, é invertido o significado da ideia de construção nacional tão cara ao discurso oficial da Frelimo, enquanto White carrega seu eu-lírico da ânsia de se ver liberto da prisão que se vem construindo a sua volta, tornando-o escravo.

Em retomar as palavras de Mendonça (2011), Pinheiro (2019) aponta que tais acontecimentos tenham marcado as transições de um pensamento que estivesse de acordo com o realismo socialista para o confronto ou embate em diferentes posições e perspectivas acerca da literatura. Escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, Eduardo White e Mia Couto<sup>23</sup> percebiam que as políticas culturais da Frelimo no período levavam a algum excesso que inevitavelmente contaminaria a produção literária (BORTOLOTTI, 2020).

Alguns escritores a publicarem na *Revista Charrua*, como Eduardo White, seguiam celebrando a moçambicanidade e até o socialismo, porém demarcando distanciamentos temáticos e estéticos da poesia de combate, enquanto vários outros escritores “menores” seguiam vinculados aos motivos e temas de tal literatura, a qual deixava muito a desejar por vincular-se ideologicamente a uma visão de mundo excessivamente rígida, a permitir pouco espaço para que houvesse o florescimento de pensamento crítico (NGOENHA *apud* BORTOLOTTI, 2020). Partindo disso, a *Revista Charrua* existiu enquanto uma publicação literária que refletia sobre si própria e sobre o lugar ocupado por si no contexto histórico de sua produção. Tal contexto, enquanto marcava-se pelas influências das políticas culturais da Frelimo, subjacentes ao projeto nacional, também era formado

---

<sup>23</sup> Em entrevista a Vanessa Pinheiro (2019) o escritor Mia Couto relata as críticas que seu primeiro livro de contos, *Vozes anoitecidas* (1986), recebeu de Rui Nogar durante uma atividade cultural da qual o entrevistado participava, e fala sobre a saturação que se vivia por conta das políticas nacionais da Frelimo e da violência da guerra civil. (BORTOLOTTI, 2020, p. 274-276). Neste sentido, é interessante que a primeira edição da *Revista Charrua*, do mês de junho de 1984, traga ao público as palavras do poeta Rui Nogar. Depreende-se das palavras de Rui Nogar que a literatura e a própria atividade criativa dos escritores moçambicanos membros da AEMO era considerada legítima apenas quando se envolvia e se deixava contaminar pela práxis revolucionária, a referir-se que “[a]queles que sobreviveram e se mantiveram no combate literário, creio que já poderão, agora, servir de incentivo aos que continuam o combate que eles travaram” (NOGAR, 1984, p. 3), afinal, “a literatura é um permanente combate” (NOGAR, 1984, p. 3). Textos publicados nas edições da *Revista Charrua* que tratam sobre escritores moçambicanos mais antigos, como José Craveirinha e Noémia de Souza, ou mesmo aqueles textos que trazem entrevistas com alguns deles, como Orlando Mendes e Rui Nogar, levam-nos a relativizar o alcance e a real efetividade das intenções de se inaugurar um novo momento na literatura moçambicana (BORTOLOTTI, 2020).

pelos textos publicados na *Revista Charrua*, a agir sobre o contexto e constituí-lo (BORTOLOTTI, 2020).

Na quarta edição, de dezembro de 1984, a sessão *Personagens* traz um texto de Eduardo White intitulado *Craveirinha, o imbondeiro da Mafalala...*<sup>24</sup>. Em falar sobre a importância que entendia ter a poesia de José Craveirinha para aquele momento da literatura moçambicana, White defende que o poeta e o combatente nacionalista devem ser considerados em separado, já que, em seu texto, fala-se do antigo poeta “num Moçambique totalmente diferente àquele onde José Craveirinha desenvolveu parte da sua actividade” (WHITE, 1984, p. 11). Para Eduardo White:

Craveirinha e tantos outros merecem bem o facto de hoje serem o que são: POETAS e não mais. As patentes que posteriormente lhes foram atribuídas, quer justa ou injustamente, são o produto do seu processo de homens, de militares e nunca de poetas. Porque, ao fim das contas, só existe um conforto para o poeta verdadeiro e consciente: Escrever. (WHITE, 1984, p. 12).

Por seu lado, em buscarmos o que se declara serem as palavras do próprio Craveirinha, retomadas por Fátima Mendonça em artigo publicado na sétima edição da *Revista Charrua*, vemos a defesa que não haja distinção entre o poeta e o indivíduo comprometido com a política de sua época:

José Craveirinha, que acumula a intuição permanente e admirável de poeta com a de crítico sagaz e implacável dizia em 1983: “A poesia quando surge aqui e ela tem lugar na **colónia** e continua a ter lugar na **nação** ela é política. (O sublinhado é nosso)<sup>25</sup>. Ela insere-se num panorama político e não se pode dissociar. O que está em causa é o homem, as suas reivindicações, os seus ideais. Postos de que forma? Uns põem no gatilho, outros põem no papel. O poeta e o homem constituem uma unidade. Não há o homem político e o homem poeta.” (Entrevista concedida a Gulamo Khan, Jornal “Domingo”, 12/6/83). (MENDONÇA, 1985, p. 15).

Tal discrepância, para além de demonstrar que os Craveirinhas mobilizados por Eduardo White e Fátima Mendonça são construções políticas<sup>26</sup>, aponta o que superficialmente soariam como inconsistências. Afinal, enquanto o texto de White denota a intenção de reforçar algum distanciamento da poesia de combate, ao retratar Craveirinha como um poeta que teria sido incumbido de patentes militares nacionalistas, vê-se uma edição posterior da *Revista Charrua* trazer uma perspectiva diametralmente oposta acerca do papel histórico de José Craveirinha.

<sup>24</sup> A Mafalala é o bairro de Maputo onde vivia o poeta José Craveirinha. Atualmente, o bairro conta com a Fundação José Craveirinha, criada e administrada por filhos e netos, a abrigar objetos de memória do antigo poeta.

<sup>25</sup> Ou seja, o sublinhado é da autora, no texto original.

<sup>26</sup> Neste ponto, cabe referenciar as “tradições inventadas” de Hobsbawm (2015), as “comunidades imaginadas” de Anderson (2008) e a check-list identitária de Thiesse (2001). Nota-se como o mero mencionar o nome próprio de um autor, aqui, José Craveirinha, quando feito por dois indivíduos diferentes, em duas situações diferentes, pode implicar em significados políticos diferentes e até opostos.

Em verdade, o fato indica que o direcionamento das políticas estatais afetava os rumos da *Revista Charrua*, tanto quanto aponta que mesmo o significado político da presença literária de um escritor em seu país natal é carregado de diferentes camadas semântico-discursivas elaboradas artificialmente, por diferentes atores sociais, conforme diferentes intenções ou objetivos políticos. Trata-se de um perpétuo jogo entre as mobilizações do passado pelos agentes do presente, que o interpretam, o selecionam, deixando de lado o que não lhes é interessante, sobrevalorizando aquilo que lhes importa mais no momento<sup>27</sup>.

### Considerações finais

Este artigo dividiu-se em três seções. Na primeira delas, contextualizei brevemente o momento da formação da Frente de Libertação de Moçambique, a partir da união de diferentes movimentos que se opunham militarmente ao regime colonial português, e mais ampla e detalhadamente o momento pós-independência, situando o início da guerra civil, com a formação da Resistência Nacional Moçambicana, e detalhando algumas questões em torno do Acordo de Nkomati (1984), primeira tentativa de encerrar o conflito por vias diplomáticas.

Na segunda seção, contextualizei e analisei as políticas culturais da Frelimo, situando a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e as retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate, alinhadas com o projeto nacional. Na terceira e última seção, pontuei a existência do movimento a publicar a *Revista Charrua* (1984-1986), com declaradas intenções de relativizar determinados aspectos do projeto nacional no que dizia respeito à literatura, intenções que se traduziam em um distanciamento da poesia de combate, bem como no desejo de inaugurar um novo momento da expressão literária nacional. Apesar das intenções de se relativizar os ideais de intelectual revolucionário e demarcar um distanciamento e/ou rompimento com os valores estéticos e temáticos da literatura de combate, conforme analisei expor episódios como aqueles envolvendo os

---

<sup>27</sup> No ensaio “Espaço de experiência e horizonte de expectativa”, a partir do desenvolvimento das categorias metafóricas “experiência” e “expectativa”, Reinhart Koselleck defende que o tempo histórico seja resultado da tensão entre ambas (2012, p. 313). Conforme Koselleck: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltada para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2012, pp. 309-310).

escritores Rui Knopfli, Ungulani Ba Ka Khosa e Eduardo White, a influência das políticas nacionais da Frelimo ainda se faria presente e influenciaria os caminhos que a *Charrua* seguiria.

A tarefa de se efetivamente entender os significados da *Revista Charrua*, enquanto publicação literária imbuída de motivações políticas, bem como da Geração Charrua, entendida como um movimento literário amplo e complexo, demandaria uma pesquisa mais ampla e complexa, algo que está longe dos alcances e das intenções deste artigo. Ainda assim, os textos presentes na *Revista Charrua* que selecionei e analisei apresentam-se como adequados para que vislumbremos que debates eram travados na literatura e pela literatura, acerca da Revolução Socialista e da poesia de combate, ou sobre o papel político reservado aos intelectuais e escritores moçambicanos naqueles anos pós-independência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- BARBOSA, Pedro Oliveira. **O mito do “Homem Novo”**: a imagem de Samora Machel no Cinejornal *Kuxa Kanema* (1978-1981). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- BORGES, Edson. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In FRY, Peter. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- BORTOLOTTI, João Antônio Batista. Os lugares da literatura nos processos de construção nacional pós-independência em Moçambique: Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e *Revista Charrua* (1984-1986). In PAREDES, Marçal de Menezes; SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **História Intelectual e História dos Conceitos** – a historicidade em suas múltiplas escalas: Europa, América e África. Passo Fundo. Acervus Editora. 2020. p. 253-283.
- CAHEN, Michel. The war as seen by Renamo: Guerrilla politics & the “move to the North” at the time of the Nkomati Accord 1983-1985. In: CAHEN, Michel; MORIER-GENOUD, Eric; ROSÁRIO, Domingos Manuel do. **The war within: new perspectives on the civil war in Mozambique 1976-1992**. New York: Boydell & Brewer, 2018.
- COUTO, Mia [entrevista]. In: PINHEIRO, Vanessa Riambau. **Entre Áfricas e Ocidente: a formação do cânone literário em Moçambique**. Maputo: Alcance Editores, 2019. p. 51-62.
- EMERSON, Stephen. **The battle for Mozambique: the Frelimo-Renamo struggle, 1977-1992**. Pinetown: Helion & Company Limited, 2014.
- FUJISAWA, Mariana. KACZOROWSKI, Jacqueline. Literatura e Sociedade em Moçambique: breve panorama histórico. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 171-184, 2016.
- GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Literatura, Memória e Narrativa História em Moçambique. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 31, p. 249-266, 2017.
- GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique)**. Coimbra: Edições Almedinas, 2005.

- HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Paz e Terra. 2015.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka [entrevista]. In: CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Editora Vega, 1994. p. 309-315.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka [entrevista]. In: PINHEIRO, Vanessa Riambau. **Entre Áfricas e Ocidente: a formação do cânone literário em Moçambique**. Maputo: Alcance Editores, 2019. p. 115-128.
- MACUACUA, Lázaro. **Acordo de Nkomati: esforços pela paz e coexistência pacífica entre os Estados da região austral de África (1975-1980)**. Monografia (Licenciatura em História) –Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. 1998.
- MENDONÇA, Fátima. Literatura moçambicana dez anos depois. In: **Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)**, Maputo, n. 7. p. 15-18. [1985] 2016.
- MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2015.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. [S. l.]: Publicações Europa-América. 1997.
- NEWITT, Malyn. Mozambique. In: CHABAL, Patrick. **A history of postcolonial lusophone Africa**. Indiana. Indiana University Press. 2002.
- NGOENHA, Severino Elias. **A (im)possibilidade do momento moçambicano: notas estéticas**. Maputo. Alcance Editores. 2016.
- PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa**. Porto Alegre: Anos 90, 2014.
- PINHEIRO, Vanessa Riambau. **Entre Áfricas e Ocidente: a formação do cânone literário em Moçambique**. Maputo: Alcance Editores. 2019.
- SANTOS, MARCELINO DOS. Condições para mobilizar obreiros literários – Discurso de Marcelino dos Santos na abertura da Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicanos. In: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS. **Memorial**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2007. p. 19-21.
- SOUZA, Luiz Guimarães. **Tertúlias Moçambicanas: periódicos de cultura, literatura e construção nacional em Moçambique pós-independência (1978-1986)**. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. Porto Alegre: Anos 90, 2001/2002.
- WHITE, Eduardo. (Des)confissão – ao Ungulani Ba Ka Khosa. **Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)**, Maputo, n. 2, p. 28, [1984] 2016.
- WHITE, Eduardo. “Craveirinha, o imbondeiro da Mafalala”. **Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)**, Maputo, n.4, p. 11-12, [1984] 2016.